

Exma. Deputada Coordenadora do Grupo de Trabalho – Direitos das Pessoas com Deficiência

Comissão de Trabalho e Segurança Social | Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Dra. Emília Cerqueira,

A Plataforma das Organizações para a Formação Profissional e Emprego de Pessoas com Deficiência (FAPPC, FENACERCI, FORMEM e HUMANITAS) vem por este meio solicitar uma audiência ao Grupo de Trabalho – Direitos das Pessoas com Deficiência da Assembleia da República que coordena.

É nosso desejo apresentar a Vossa Exa e demais deputados do Grupo de Trabalho a situação que estamos a viver na formação profissional de pessoas com deficiência nas regiões do Alentejo, Centro e Norte (felizmente nas regiões de Lisboa e Algarve foram abertas candidaturas este ano).

Neste momento ainda não está delineado o Programa Operacional que irá suceder ao PO ISE, o que está a gerar uma situação de grande instabilidade do sistema de formação profissional para pessoas com deficiência e incapacidade, não se sabendo quando poderão ser iniciadas novas ações formativas.

Este atraso, que impede o início de novas ações, provoca dois tipos de impactos:

1. Enquanto não abrirem novas ações não poderemos admitir novos formandos e isso significa que as pessoas com deficiência estarão privadas de acederem à formação profissional por tempo indefinido;
2. As entidades formadoras que têm estruturas de formação permanentes já começam a entrar em rutura financeira, pois as ações de formação vão terminando e não podendo iniciar novas ações perdem acesso ao financiamento que é dependente do volume realizado.
Esta situação já começou a fazer com que alguns formadores internos não tenham formandos, sendo que as opções que se colocam às entidades resumem-se a tentar enquadrá-los noutras áreas ou promoverem o despedimento por extinção dos postos de trabalho.

Cada dia que passa estes problemas ganham maior dimensão. Não sendo a situação resolvida até final deste ano, o impacto nas entidades será muito destrutivo. Existem sérios riscos de algumas entidades desinvestirem nesta atividade que é essencial para a inclusão socioprofissional das pessoas com deficiência e incapacidade.

Temos vindo a solicitar ao PO ISE e ao IEFP I.P. a abertura de candidaturas num regime de transição no sentido de assegurar o funcionamento deste apoio às pessoas com deficiência, tendo-nos sido dito pelo Sr. Presidente da Comissão Diretiva do PO ISE que isso será possível, mas que depende de uma decisão política.

Face ao exposto, agradecemos a **marcação urgente de audiência** no sentido de articularmos ações que melhor defendam os direitos das pessoas com deficiência.

Com os nossos melhores cumprimentos,
Mário Pereira

Pela Plataforma das Organizações para a Formação Profissional e Emprego de Pessoas com Deficiência

